



ARTIGO

AUSÊNCIA DE POLÍTICAS PÚBLICAS EFICAZES: O CASO DA COMUNIDADE AMAZÔNICA VILA DE PEDERNEIRAS-TUCURUÍ/PA

LACK OF EFFECTIVE PUBLIC POLICIES: THE CASE OF THE AMAZONIAN COMMUNITY OF VILA DE PEDERNEIRAS-TUCURUÍ/PA

Eixo Temático 5. Políticas Públicas Eficazes

Luciana de Oliveira, CRUZ¹

Laila Cíntia Mota, BELFORTE²

Maria Francisca dos Santos, VIEIRA³

Resumo:

A região amazônica abriga muitos núcleos populacionais originários e tradicionais, tais como indígenas, ribeirinhos, agricultores, além dos constituídos de descendentes de pessoas advindas do continente africano, escravizadas no período colonial brasileiro. Esses grupos sociais são conhecidos como quilombos, territórios dominados e protegidos pelos quilombolas, que fazem uso sustentável e integrado com o meio físico. A Vila de Pederneiras, localizada no município de Tucuruí, sudeste do estado do Pará, é socialmente reconhecida como quilombola por meio de ata assinada e registrada em cartório, validada pela associação local e lideranças. No entanto, vive o descaso e negligência das ações do poder público com relação a serviços básicos a que tem direitos. A pesquisa busca demonstrar os efeitos da ausência de políticas públicas e planejamento adequados no modo de vivência dos habitantes. Os procedimentos metodológicos estão alicerçados em levantamento bibliográfico, a partir de teses, dissertações, artigos e demais textos complementares, além de pesquisa de campo (*in loco*), entrevistas, criação de gráfico, registros fotográficos, criação de mapa, tabulação e organização de dados e informações. O referencial teórico está ancorado em Cruz, Rocha e Ribeiro 2018 e Cruz 2025, além das discussões sobre o conceito de território de Haesbaert (2007). Os resultados apontam que os moradores da Vila de Pederneiras convivem, direta e indiretamente, com os impactos advindos da falta de investimento em serviços básicos, tais como escola, unidade de saúde, manutenção de estradas, internet rural, entre outros, o que influencia na renda, nas atividades econômicas e dificulta o acesso a informações digitais, culminando também em exclusão digital da comunidade.

Palavras-chave: Comunidade amazônica. Investimento público. Serviços básicos.

Abstract:

The Amazon region is home to many original and traditional population groups, such as indigenous people, riverside dwellers, farmers, and those descended from

¹ Universidade Federal de Rondônia (UNIR), lucititania01@gmail.com, <http://lattes.cnpq.br/2987241925069299>

² Universidade Federal de Rondônia (UNIR), lailabelforte@gmail.com, <http://lattes.cnpq.br/0038534021494515>

³ Secretaria Estadual de Educação do Pará (SEDUC-PA), maria.franciscavieira07@gmail.com

<http://lattes.cnpq.br/8727854644673702>



ARTIGO

people enslaved from the African continent during the Brazilian colonial period. These social groups are known as quilombos, territories dominated and protected by the quilombola people, who make sustainable use of them in harmony with the physical environment. The village of Pederneiras, located in the municipality of Tucuruí, in the southeast of the state of Pará, which considers itself socially quilombola through a signed and registered document validated by the local association and leaders, experiences neglect and disregard from the public authorities regarding basic services to which they are entitled. This research seeks to demonstrate the effects of the absence of adequate public policies and planning on the way of life of its inhabitants. The methodological procedures are based on a bibliographic survey, using theses, dissertations, articles, and other complementary texts, as well as field research (in situ), interviews, creation of graphs, photographic records, map creation, tabulation, and organization of data and information. The theoretical framework is anchored in CRUZ, ROCHA, and RIBEIRO 2018 and CRUZ 2025, in addition to discussions on the concept of territory by HAESBAERT. The results indicate that the residents of the village of Pederneiras live directly and indirectly with the impacts arising from the lack of investment in basic services such as a school, health unit, road maintenance, rural internet, among others, influencing income and economic activities and difficulties in accessing digital information, also culminating in digital exclusion of the community.

Keywords: Amazonian community. Public investment. Basic services.

1. INTRODUÇÃO

A região amazônica é uma área de floresta equatorial, considerada a maior biodiversidade do planeta, com fauna e flora que atraem atenção e olhares de todos os países. As populações amazônicas, como indígenas, quilombolas, ribeirinhos, pescadores, agricultores, assentados, entre outros, imprimem toda sua cultura e modo de vida em hábitos integrados ao meio físico, contribuindo para a preservação da floresta, das nascentes e corpos hídricos e os animais, além de utilizarem seus recursos naturais de forma sustentável.

A Amazônia Legal, que abrange a região norte do país, abriga grupos sociais originários e tradicionais, com organizações econômicas, características e hábitos singulares, que revelam a riqueza cultural produzida por essas populações, seja na culinária, na música, na dança, nos ritos religiosos, nos festejos, na linguagem, entre outros aspectos.

A pesquisa tem por objetivo demonstrar como a comunidade amazônica e paraense Vila de Pederneiras tem sido impactada em relação a ausência de políticas



ARTIGO

públicas eficazes, além da negligência do poder municipal e estadual, gerando consequências diretas e indiretas no modo de vida dos habitantes.

Os procedimentos metodológicos estão ancorados em levantamento bibliográfico, a partir de teses, dissertações, artigos e demais textos complementares, além de pesquisa de campo (*in loco*) realizada no ano de 2022, com acompanhamento até 2025, entrevistas com questionários previamente elaborados, criação de gráficos, registros fotográficos, elaboração de mapa, tabulação e organização de dados, além de submissão a um comitê de ética via Plataforma Brasil.

Espera-se que o artigo contribua de maneira pertinente com os debates e discussões acerca das condições e situações vividas por algumas comunidades tradicionais amazônicas, frequentemente invisibilizadas e excluídas pelo poder público, por falta de auxílio, investimentos, repasses econômicos, implementação de serviços básicos, além da valorização do protagonismo das lideranças e grupos minoritários, na gestão sustentável de seu território e no uso dos recursos disponíveis, garantindo a qualidade de vida aos moradores.

O trabalho aborda a contextualização da comunidade quilombola da Vila de Pederneiras e sua relação com o território amazônico, seguida da análise da ausência de políticas públicas eficazes e seus impactos socioeconômicos. Apresenta os resultados da pesquisa de campo sobre as demandas por serviços essenciais, como saúde, educação, infraestrutura e acesso à internet, e as consequências da exclusão digital. Por fim, discute estratégias de mobilização comunitária e diretrizes para políticas públicas que valorizem a cultura, a participação social e o desenvolvimento sustentável da comunidade.

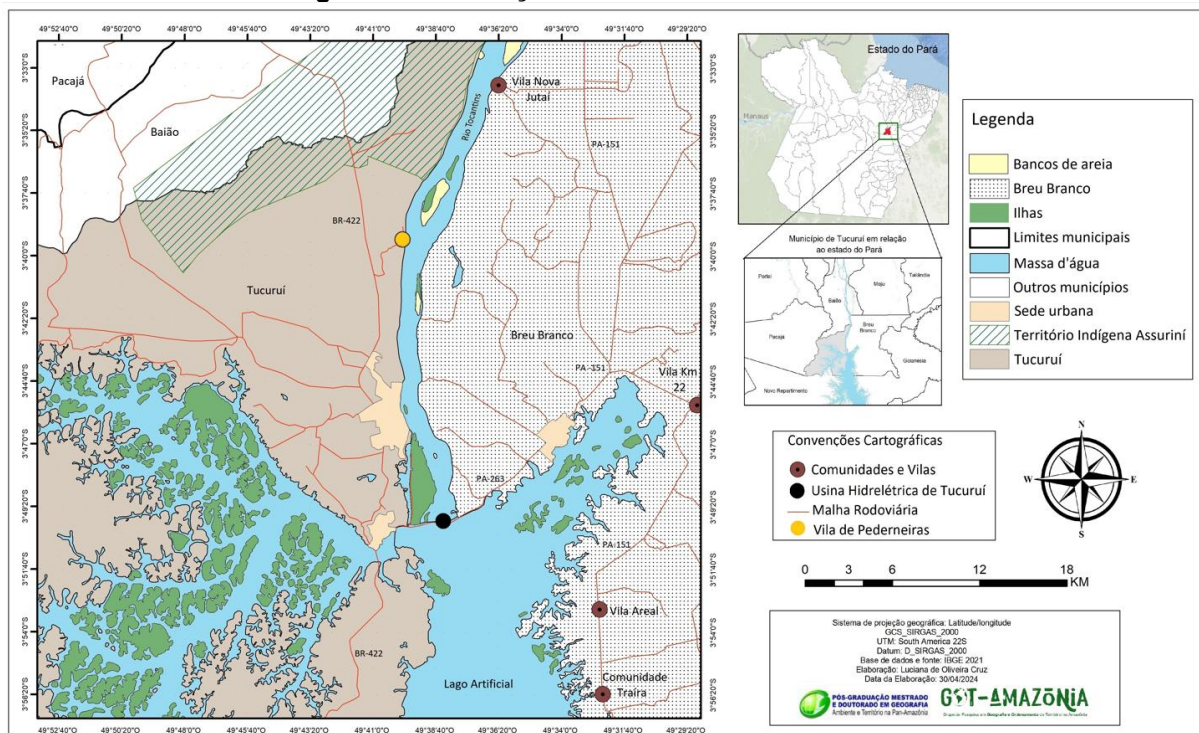
2. ÁREA DE ESTUDO: VILA DE PEDERNEIRAS

A Vila de Pederneiras é socialmente reconhecida como uma comunidade quilombola, pois seus moradores se identificam como tal e promoveram sua oficialização por meio de uma ata assinada em assembleia com as lideranças locais. O documento foi assinado e reconhecido em cartório conferindo respaldo legal à população residente.

ARTIGO

A comunidade abriga cerca de 20 (vinte) famílias, possui grande valor histórico e cultural, e está situada nas coordenadas geográficas: latitude $3^{\circ}39'10.13''S$ e longitude $49^{\circ}39'52.95''O$. Localizada à margem esquerda do Rio Tocantins, caracteriza-se também como comunidade ribeirinha, pertencente à zona rural do município de Tucuruí, no estado do Pará, aproximadamente 14 km distante da sede urbana por via de acesso terrestre (Figura 1).

Figura 1. Localização da Vila de Pederneiras/Pará



Fonte: Cruz, (2025).

Na década de 1960, os primeiros habitantes da Vila de Pederneiras chegaram vindos do município de Cametá, uma das cidades mais antigas do estado do Pará, localizada no baixo Tocantins. Ao se apropriarem do espaço da vila, vivem totalmente imersos no meio físico da comunidade, imprimindo seu modo de vida a partir da gestão e uso coletivo e sustentável dos recursos naturais.

Nesse período, iniciava-se o movimento de integralização da região amazônica, trazendo novos moldes à dinâmica de vida das populações residentes. Naturalmente, os habitantes da referida comunidade não permaneceram imunes a



ARTIGO

esse processo, sofrendo também as transformações advindas dos projetos concebidos para a região.

De acordo com Cruz, Rocha e Ribeiro (2018), toda a cultura, economia, lideranças político-sociais, ritos religiosos, sacralidades e festividades estão atreladas ao modo de vivência característico de populações amazônicas, mesclados às bases de práticas singulares de comunidades quilombolas, e todos esses elementos se assentam na territorialidade da vila.

Antes da década de 1970, os estilos de vivência das pessoas da Vila de Pederneiras seguiam as características gerais de populações amazônicas, dentro, é claro, de suas próprias especificidades, com sistemas de produção e plantios coletivos, festejos e afins. A Usina Hidrelétrica de Tucuruí provocou certos efeitos na comunidade, especialmente no âmbito local e regional, sendo responsáveis pelos chamados impactos especulativos, isto é, aqueles que começam a ocorrer nos primeiros indícios de construção de projetos hidrelétricos (Cavalcante, 2012).

A Vila de Pederneira possui um histórico de contribuições indiscutíveis para a formação do atual município de Tucuruí. Haja vista que a comunidade foi o ponto inicial de partida para a constituição dessa unidade político-administrativa, sendo anteriormente conhecido por diferentes denominações⁴.

Desde sua fundação oficial e documentada, em 1975, a comunidade quilombola Vila de Pederneiras atravessou o tempo, utilizando um planejamento natural para povoar e atuar naquele recorte espacial. No início a gestão do território ocorria de maneira coletiva, pensada e baseada nas necessidades de todos. Todavia, com o surgimento de novas dinâmicas exógenas, os interesses dos moradores foram mudando e emergiam outros anseios, de modo que as ações acompanhassem as transformações que estavam ocorrendo nas diferentes escalas (mundial, nacional, regional e local). Conforme Junior, Campos e Oliveira (2021), o planejamento e a gestão territorial podem ser entendidos sob essa ótica.

4 O núcleo populacional formado às margens do rio Tocantins, no lugar conhecido como Pederneiras, município de Baião, passou a ser a freguesia de São Pedro de Alcântara em 31 de outubro de 1870. Nova denominação foi dada em 19 de abril de 1875, o local foi chamado de São Pedro de Alcobaça até 30 de dezembro de 1943, quando passou a denominar-se Tucuruí.



ARTIGO

O planejamento e a gestão territorial estão diretamente associados à posse e ao uso de espaços reconhecidos como áreas tradicionalmente ocupadas e, portanto, ligadas às ideias de sustentabilidade, locais de saberes, modos de vida diferenciados e reprodução física e cultural de povos originários e comunidades tradicionais (Junior; Campos; Oliveira, 2021, p. 341).

O modo de vida dos habitantes sempre foi sistematizado no modelo quilombola e ribeirinho. Isto é, com economia fundamentada majoritariamente na pesca e complementada por plantios de roças, com elementos alimentícios primários (mandioca, milho, feijão, abóbora, melancia, arroz etc.). Posteriormente, passaram a contar com auxílios governamentais (aposentadorias, seguro defeso⁵, bolsa família, pensões entre outros), conforme explicado por Aguiar (2019).

Comunidades tradicionais que ocupam historicamente seus territórios, apropriam-se dos recursos naturais para a produção econômica, segurança alimentar e o desenvolvimento dos hábitos culturais. Além desses grupos estarem inseridos em diversas relações de poder, seus territórios tornam-se um instrumento utilizado para a padronização e classificação em relação aos outros territórios (Aguiar, 2019, p. 53).

Atualmente, a comunidade mantém as atividades mencionadas, embora muitos moradores tenham se deslocado à sede urbana do município em busca de trabalho, ou para exercer outras ocupações, as quais passaram a desenvolver para complementar sua renda. Observa-se que o estoque do pescado tem diminuído com o passar dos anos, comprometendo as práticas econômicas locais.

Os relatos dos moradores apontam a construção da Usina Hidrelétrica de Tucuruí como o fator central desse processo. Para Mérona *et al.* (2010), a barragem construída controla a subida e a descida das águas, interferindo diretamente no ciclo hidrológico, na ictiofauna e em toda cadeia de vida das espécies de peixe do baixo Tocantins.

3. UHE TUCURUÍ: EFEITOS NA VILA DE PEDERNEIRAS

⁵ É o benefício concedido ao Pescador Profissional Artesanal durante o período de defeso da atividade pesqueira para a preservação da espécie, conforme disposto na Lei nº 10.779, de 25 de novembro de 2003.



ARTIGO

A instalação de grandes empreendimentos de infraestrutura sempre impacta, em várias escalas e temporalidades, o seu entorno. Muitos desses efeitos transpõem a escala local e geram alterações em escala regional, nacional e até global, abrangendo desde questões sociais até modificações na paisagem. Com a imposição de uma nova dinâmica de atuação, os grandes projetos amazônicos exercem grande poder de transformação direta e indireta em sua área de influência, fazendo com que muitas populações sejam afetadas no cerce ao domínio de seus próprios territórios e os usos dos recursos naturais neles contidos (Farias; Magno; Freitas, 2021).

Os impactos a região do Baixo Tocantins são de grande proporção e por muito tempo tiveram sua discussão negligenciada pela ELETRONORTE e pelos órgãos do segmento, tendo em vista que as principais preocupações, a princípio, estavam voltadas a montante do barramento. Segundo Cardoso *et al.* (2007), a partir de movimentos sociais e parcerias com universidades, iniciou-se uma ação para averiguação dos impactos ocorrentes a jusante do barramento, além da construção do Plano Popular de Desenvolvimento Sustentável a Jusante da UHE Tucuruí (PPDJUS)⁶, com a instalação e funcionamento de um Conselho Gestor do Plano, associados às determinações legais da Lei 10.257/2001, estabelecidas no Estatuto da Cidade. Assim, em 2000, os Estudos de Caso da Comissão Mundial de Barragens destacaram alguns dos principais impactos a jusante de barramentos erguidos em função de UHE.

Dentre os principais impactos sobre a bacia associados ao barramento do rio no trecho de jusante destacam-se mudanças no regime hidrológico devido às regras de operação de Tucuruí e seus reflexos associados principalmente à interrupção dos fluxos migratórios de peixes entre o baixo e o médio Tocantins, interferências nas regras de operação dos futuros barramentos e no aproveitamento das terras das várzeas a jusante, e. Com relação à navegação, os impactos foram a interrupção da pequena navegação pelas corredeiras de Itabocas na primeira fase (Barragens, 2000, p. 21).

⁶ PPDJUS é o referencial estratégico da região e instrumento de negociação e aglutinação política dos diferentes atores sociais locais, contribuindo para a convergência das ações e projetos públicos a serem implementados, assegurando sinergia e eficiência institucional. Nesse ponto de vista, esse documento não constitui um plano de governo, tão pouco um plano de ação da empresa da região, mas uma estratégia de desenvolvimento, procurando envolver e comprometer todas as forças e energias sociais na busca de novos caminhos e oportunidades na direção do desenvolvimento sustentável.

ARTIGO

Assim, as famílias desterritorializadas a montante do barramento, até a atualidade, buscam seus direitos legais mediante a processos jurídicos e, ações baseadas nas leis constitucionais, além de sua associação ao Movimento de Atingidos por Barragens (MAB). Essa organização social oferece subsídio aos indivíduos afetados, e as comunidades localizadas a jusante também não estão estagnadas, se organizam e se articulam em reuniões, associações e parcerias na luta por melhorias em relação aos impactos sofridos.

No ano de 2022, durante o período do inverno amazônico, o Rio Tocantins alcançou sua cota máxima 74 metros (setenta e quatro metros), o que gerou preocupação entre as autoridades em relação aos moradores das margens do rio. Nessa dinâmica de cheias, a água chegou esteve próxima de invadir as casas da vila, fato inédito até então. Em decorrência disso, houve mobilização da Defesa Civil, juntamente do exército e bombeiros para mobilizar a saída das pessoas, assim como salvar seus bens materiais da invasão da água, como demonstram as figuras 2 e 3.

Figura 2. Retirada de famílias da Vila de Pederneira pela Defesa Civil e bombeiros



Fonte: Rede social Portal HS (2022).

Figura 3. Retirada de famílias da Vila de Pederneira pela Defesa Civil e exército



Fonte: Rede social Portal HS (2022).

Ao longo do processo de construção, a Vila de Pederneiras não possuía o reconhecimento social enquanto uma comunidade quilombola. Tal reconhecimento foi oficializado apenas, no dia 22 de dezembro de 2021, quando a liderança da Vila, juntamente a outros moradores, mobilizou-se, para legalizar a comunidade por meio de atas e documentos registrados e reconhecidos em cartórios.

A Constituição de 1988 dispõe de diversos artigos e incisos que amparam as populações quilombolas. A título de exemplo, o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, em seu artigo 68, estabelece que: “Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos” (Brasil, 1988).

Assim, com base no referido artigo, torna-se necessário enfatizar que órgãos nacionais, como Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e a Fundação Palmares, também devem realizar a delimitação da terra dentro da legalidade, procedendo à emissão de documentação coerente acerca do território considerado quilombola. Isso se faz fundamental, visto que há leis e ações específicas para a demarcação das terras quilombolas.

Entretanto, apesar do reconhecimento e do sentimento de pertencimento por parte das pessoas residentes na Vila de Pederneiras, amparados por ata legalmente



ARTIGO

registrada, os moradores mais antigos, advogados e outros sujeitos que compõem o grupo social da comunidade entendem que a demarcação enquanto território quilombola pode ser inviável. Isso se deve ao fato de a área possuir documentação rural e herdeiros devidamente reconhecidos, sem provas suficientes de ancestralidade até o momento, encontrando-se, portanto, mais próxima das características de uma propriedade particular.

4. RESULTADOS

Após anos da fundação da comunidade, ainda é perceptível a ausência de planejamento e políticas públicas decorrentes das esferas municipal, estadual e federal. Segundo relatos de moradores, a Eletronorte, subsidiária da Eletrobrás responsável pela construção da UHE Tucuruí, também não demonstrou preocupação, ou motivou-se a oferecer respaldo, em relação a colaborar na mediação dos impactos causados pelas atividades da Usina Hidrelétrica. Nesse sentido, o Estado enquanto regulador das ações dentro das comunidades amazônicas, de maneira geral poderia fazer vários apontamentos sobre a gestão e a implementação das práticas de políticas públicas. Souza (2001), destaca a importância do Estado como ente agenciador e normativo e regulador.

Uma sociedade autônoma é aquela que logra defender e gerir livremente seu território [...] Uma sociedade autônoma não é uma sociedade sem poder [...] No entanto, indubitavelmente, a plena autonomia é incompatível com a existência de um "Estado" enquanto instância de poder centralizadora e separada do restante da sociedade (Souza, 2001, p. 106).

Evidentemente torna-se visível que, mesmo com a atuação do Estado, enquanto agente que media ou busca amenizar determinadas situações, persistem tensões e conflitos no contexto territorial, tanto provocados por agentes externos quanto internos. Assim, território, em qualquer acepção, tem a ver com poder, mas não apenas ao tradicional "poder político". Pois, território também diz respeito tanto ao poder no sentido mais explícito de dominação quanto ao poder no sentido mais implícito, ou, simbólico de apropriação (Haesbaert, 2007, p. 20).



ARTIGO

Dessa maneira, os problemas oriundos da ausência de planejamento, gestão e apoio do poder público estão concentrados nas necessidades básicas, às quais os moradores têm direito, tais como educação, saúde e saneamento. Neste contexto, existem diversos eixos referentes às correntes explicativas das políticas públicas no âmbito geográfico, sendo importante compreender algumas bases deste conceito, conforme Rodrigues explicita:

[...] políticas públicas emergem a partir de problemas que não são inatos, mas construídos; ou seja, para que um problema seja incluído na agenda política, é preciso que seja reconhecido como tal, o que denota certa lógica de escolha que é relativa aos valores sociais preponderantes no contexto socioespacial e temporal em que se estabelece, dos atores políticos envolvidos e da própria opinião pública. Isso significa dizer que tal escolha é historicizada, não é inócua e tampouco resulta de um consenso entre as diversas prioridades que se manifestam na sociedade (Rodrigues, 2014, p. 153).

Um exemplo da omissão do poder público em ofertar serviços básicos é a situação do fornecimento e abastecimento de água na Vila. Foram os próprios moradores, em parceria com o Sindicato dos Pescadores do município de Tucuuruí que realizaram e planejaram a abertura de um poço artesiano, visando à distribuição e ao acesso do recurso hídrico para as residências locais, arcando integralmente com todos os custos financeiros, incluindo mão de obra, materiais, equipamentos e utilização de maquinários, como exposto na Figura 4.

ARTIGO

Figura 4. Poço artesiano da Vila de Pederneiras



Foto: Acervo das autoras (2022).

Em 2019, a escola de ensino infantil multisseriada⁷ funcionava de maneira extremamente precária no barracão da comunidade, uma estrutura já bastante deteriorada, sem as mínimas condições de abrigar os alunos e com instalações totalmente impróprias para que houvesse aulas para as crianças, como mostrado nas Figuras 5 e 6, por esses motivos o Ministério Público veio por intermédio de seus agentes fazer o fechamento imediato da escola.

⁷ As classes multisseriadas são uma forma de organização de ensino na qual o professor trabalha, na mesma sala de aula, com várias séries do Ensino Fundamental simultaneamente, tendo de atender a alunos com idades e níveis de conhecimento diferentes. Bastante presentes na zona rural do País, as classes multisseriadas estão presentes sobretudo em áreas de difícil acesso, já que algumas escolas têm um número pequeno de matrículas e a mudança para outras escolas nem sempre é possível, por conta da distância.

ARTIGO

Figura 5. Sobras de livros e freezer da antiga escola da comunidade, que funcionava em um barracão antigo



Fonte: Acervo das autoras (2022).

Figura 6. Antiga lousa da escola desativada



Fonte: Acervo das autoras (2022).

ARTIGO

Infelizmente, até o ano de 2025, não há funcionamento de uma escola na Vila de Pederneiras. Dessa forma, as crianças e adolescentes que residem na comunidade precisam estudar na sede urbana, utilizando transporte escolar municipal acompanhado por um profissional que monitora, buscando e levando os estudantes todos os dias, porém apenas no período da tarde.

No entanto, durante o inverno amazônico, as estradas de terra encontram-se em péssimas condições de tráfego, o que resulta em inúmeros atoleiros e provoca, com frequência, que o ônibus escolar quebre, causando diversos transtornos. Essa situação preocupa pais e responsáveis, que expõem as crianças e adolescentes a vários riscos.

Embora, em 1º de junho de 2021, tenha sido aprovado na Câmara Municipal de Tucuruí o projeto para a construção de uma nova escola, ele ainda não saiu do papel. As Figuras 7 e 8 a seguir demonstram a situação educacional na Vila de Pederneiras em 2022, ano em que o estudo *in loco* foi realizado.

Figura 7. Ônibus atolado em época de inverno na estrada de terra que dá acesso à Vila de Pederneiras



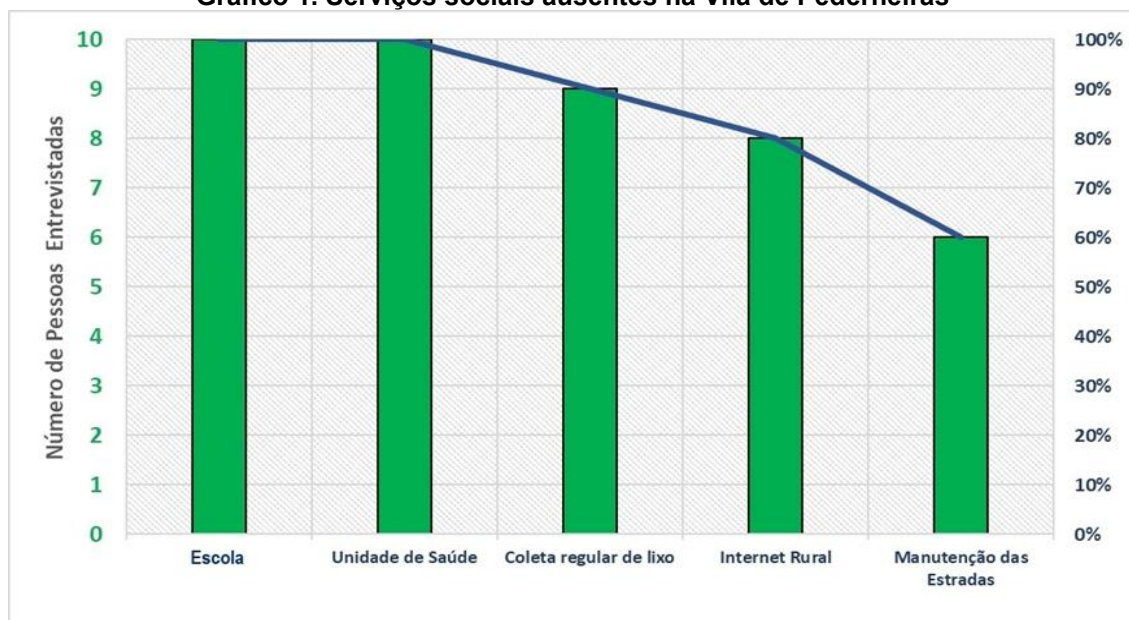
Fonte: Rede social da Vila de Pederneiras (2022).

ARTIGO

No que concerne às ações e planejamentos na área da saúde para a Vila de Pederneiras, a localidade não dispõe de unidade básica de atendimento. Assim, normalmente as campanhas de saúde e atendimento como vacinações e cadastramentos sociais, chegam até a comunidade. Todavia, quando há necessidade de atendimentos específicos, os moradores precisam se deslocar até as unidades ou hospitais localizados na sede urbana de Tucuruí.

Ademais, em entrevista realizada em julho de 2022, uma das autoras conversou com dez habitantes da localidade. Para conduzir a coleta de informações, optou pelo fato de que cada entrevistado fosse de uma família distinta. Além disso, a entrevista foi embasada por um formulário previamente elaborado, com o auxílio das demais autoras. Dessa forma, foi possível identificar os principais serviços públicos necessários, conforme relato dos moradores. Os dados estão representados no Gráfico 1.

Gráfico 1. Serviços sociais ausentes na Vila de Pederneiras



Fonte: Cruz (2025).

O gráfico apresentado por Cruz (2025) evidencia a ausência de serviços sociais na Vila de Pederneiras, indicando a carência de serviços básicos essenciais na comunidade. Conforme a pesquisa, 100% dos entrevistados apontaram a falta de



ARTIGO

escola e unidade de saúde como as principais demandas. Além disso, a coleta regular de lixo e a internet rural foram mencionadas como prioritárias por aproximadamente 90% e 80% dos moradores, respectivamente. Apesar de a manutenção das estradas ter sido o serviço menos citado, mais de 60% da população demonstrou preocupação com essa questão. Ressalte-se que a inexistência de rede de internet rural contribui para a exclusão digital da comunidade, acentuando as desigualdades existentes.

Nesse contexto, segundo Cruz (2025), a população expressa de forma clara suas necessidades relativas aos serviços básicos essenciais, o que evidencia a ausência de planejamento e gestão territorial e social adequados para essa comunidade quilombola. Os moradores percebem a falta de investimentos e demonstram insatisfação com o interesse dos órgãos públicos na região. Entretanto, a partir de 2020, com a instauração da nova gestão municipal, passaram a ser observadas algumas mudanças em relação aos mandatos anteriores, notadamente por meio de articulações voltadas ao benefício da população local.

A discussão sobre gestão territorial em comunidades étnicas é aprofundada por Dallabrida (2007), que enfatiza que essa gestão deve ser compreendida a partir de estruturas de governança que ampliem a democracia não apenas em sua dimensão representativa, mas também participativa ou deliberativa. Para o autor, a democracia transcende as eleições em diferentes níveis territoriais, requerendo práticas efetivas de participação social. Tal abordagem reforça a necessidade da formulação e implementação de políticas públicas que atendam diretamente às demandas sociais das comunidades, salvo muitas vezes, como assinalam Mastrodi e Iganger (2019), quando esse atendimento ocorre de forma indireta.

Historicamente, a Vila de Pederneiras tem enfrentado a falta de projetos que supram as necessidades básicas de sua população. Contudo, destaca-se o empenho constante da comunidade na luta por seus direitos e melhores condições de vida. Essa mobilização culminou, em 2021, na busca pelo reconhecimento oficial da Vila como comunidade quilombola, evidenciando a persistência e a determinação dos moradores na conquista de direitos sociais e territoriais.



ARTIGO

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados demonstram que existe determinada negligência e inviabilização da comunidade no que tange a aplicação de políticas públicas que deem subsídios e garanta a qualidade de vida da população local. Os impactos provocados pela UHE, o desaparecimento progressivo do pescado, o movimento irregular das águas do Rio Tocantins, segurança e falta de projetos e investimentos que promovam práticas econômicas sustentáveis e pertinentes, como o turismo entre outros criam conjunto de situações, gera mobilidade e migração das pessoas para a sede urbana, outros municípios e até mesmo outros estados, em busca de empregos e melhores condições de vida.

Logo, também é preciso pontuar que a comunidade não é passiva, por desejar que os órgãos públicos também sejam responsáveis pelo desenvolvimento da localidade. Afinal são os moradores que sabem exatamente do que precisam, além do que já trabalham e se organizam de maneira coletiva, exercendo de maneira homogênea seu poder dentro da territorialidade da vila, ou seja, as políticas públicas devem ser voltadas para endossar projetos que valorizem a cultura e as especificidades do local e do seu povo.

Dessa maneira, elaborar um planejamento e aplicá-lo por meio de uma gestão eficiente em um determinado espaço é complexo, já que existem diferentes fenômenos que implicam direta ou indiretamente, principalmente quando se trata de território enquanto local em que acontecem conflitos de poder. Assim, gerir infere em minimizar algumas situações que porventura aconteciam de maneira negativa e mesmo de uma estagnação das atividades presentes no território, seja no contexto urbano ou rural.

Portanto, a Vila de Pederneiras sendo uma comunidade tradicional amazônica possui inúmeros aspectos físicos naturais, que podem ser explorados de maneira consciente e sustentável, visando a melhoria de vida da população. Por isso, se fazem necessários estudos e planejamentos, além disso é imprescindível inserir a população nesse processo, de modo que participem ativamente das ações e tomem as rédeas das práticas que devem ser feitas.



ARTIGO

Afinal tais sujeitos conhecem bem suas próprias necessidades e ao tomar a frente nas discussões sobre a gestão do território da comunidade, os habitantes diminuem as chances de terceiros entrarem em tensão pela exploração dos recursos naturais da localidade. Assim, a comunidade fica mais protegida e mantém as suas relações sociais mais harmônicas e produtivas.

As comunidades quilombolas amazônicas vivem em correlação com o meio ambiente, fazendo muitas vezes, o papel de protetoras da floresta, assim como os indígenas e demais populações tradicionais, além de viverem basicamente dos usos dos recursos naturais disponíveis em seus territórios. A Vila de Pederneiras é uma comunidade que socialmente, se identifica enquanto quilombolas e ribeirinhas, pois vivem as margens do Rio Tocantins e tem suas práticas econômicas no tripé, pesca, plantio e benefícios governamentais.

Não obstante, a Vila de Pederneiras vem sendo impactada pela ausência de políticas públicas e serviços essenciais e necessários para os moradores, gerando condições que desencadeiam fatores negativos, tais como a falta de uma unidade de saúde, escola, internet rural, coleta regular de lixo, entre outras situações. Edificado nos referenciais teóricos e nos procedimentos metodológicos este artigo busca demonstrar as problemáticas vividas por essa comunidade, a luta, a resistência e as ações de podem ser feitas para que haja melhorias na qualidade de vida da população.

A pesquisa não tem a proposição de esgotar todos os vieses acerca das discussões referentes à temática, mas contribuir com os debates sobre as comunidades amazônicas e as situações de apagamento enfrentada por muitas, no qual devem ser amparadas mediante as leis voltadas para estas e valorizadas enquanto grupos sociais minoritários que perpetuam a cultura e modo de vida que respeita o meio ambiente e suas fragilidades.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, V. G. de. Geotecnologias e a cartografia social para a representação de territórios em conflitos ambientais no Norte do Tocantins. **Revista Escritas**, v. 11, n. 1, p. 52-66, 2019.



ARTIGO

BARRAGENS. Estudo de Caso da Comissão Mundial de. Usina Hidrelétrica de Tucuruí (Brasil). **World Commission on Dams, South Africa**. 2000. Disponível em: <http://www.lima.coppe.ufrj.br/index.php/en/producao-academica-2/artigos/2002/87--45/file>. Acesso em: 12 out. 2025.

BRASIL. **Artigo 68 da Constituição de 1988**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 2016. 496 p. 2023. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/topicos/10631519/artigo-68-da-constituicao-federal-de-1988>. Acesso em: 02 out. 2025.

CARDOSO, A. C. et al. **Planos Diretores Municipais, Pacto Territorial e Impactos a Jusante da UHE Tucuruí: O Desafio do Caso do Baixo Tocantins**. Universidade Federal da Bahia - UFBA. 2007. Disponível em: http://www.ecsb2007.ufba.br/layout/padrao/azul/ecsb2007/arquivos_antigos/st5_06.pdf. Acesso em: 14 nov. 2025.

CAVALCANTE, M. M. de A. **Hidrelétricas do rio Madeira-RO: território, tecnificação e meio ambiente**. Tese (doutorado) – Universidade Federal do Paraná – UFPR. Programa de Pós-Graduação em Geografia - PPGG. – Curitiba, 2012.

CRUZ, L. de O. **Uso da cartografia social na compreensão dos impactos socioterritoriais advindos pela UHE Tucuruí na comunidade quilombola Vila de Pederneiras-PA**. 2025. 91p. Dissertação (Programa de Pós-Graduação Mestrado e Doutorado em Geografia) - Fundação Universidade Federal de Rondônia, Porto Velho, 2025. Disponível em: <https://ri.unir.br/jspui/handle/123456789/6331>. Acesso em: 10 nov. 2025.

CRUZ, L. O.; ROCHA, G. de M.; RIBEIRO, É. R. F. Vila de Pederneiras: cartografia social como instrumento de autorreconhecimento e afirmação territorial, município de Tucuruí/Amazônia-Brasil. **Caribeña de Ciencias Sociales**, outubro, 2018.

DALLABRIDA, V. R. A gestão territorial através do diálogo e da participação. Scripta Nova. **Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales**, v. 11, n. 245, p. 20, 2007.

FARIAS, A. L. A. de.; MAGNO, T. S. do C.; FREITAS, M. R. F. **Gestão ambiental e impactos socioambientais na Amazônia: o (des)envolvimento a partir da UHE Tucuruí, PA**. P2P E INOVAÇÃO, Rio de Janeiro, v. 7, n. 1, p. 34–55, 2021. DOI: 10.21721/p2p.2021v7n1.p34-55. Disponível em: <https://revista.ibict.br/p2p/article/view/5507>. Acesso em: 13 nov. 2025.

HAESBAERT, R. Território e multiterritorialidade: um debate. **GEOgraphia**, v. 9, n. 17, p. 19-46, 2007.



ARTIGO

JUNIOR, O. N.; CAMPOS, J. B.; OLIVEIRA, J. E. de. **Povos indígenas, comunidades tradicionais, planejamento e gestão territorial.** In: LADWIG, Nilzo Ivo; CAMPOS, Juliano Bitencourt (org.). **Planejamento e gestão territorial: áreas protegidas.** Criciúma, SC: UNESC, 2021. Cap. 16. Disponível em: <http://200.18.15.28/bitstream/1/9034/1/Povos%20ind%C3%ADgenas%2C%20comunidades%20tradicionais%2C%20planejamento%20e%20gest%C3%A3o%20territorial.pdf>. Acesso em: 15 nov. 2025.

MASTRODI, J.; IFANGER, F. C. de A. Sobre o conceito de políticas públicas. **Revista de Direito Brasileira**, v. 24, n. 9, p. 03-16, 2019. Disponível em: <https://indexlaw.org/index.php/rdb/article/view/5702>. Acesso em: 02 out. 2025.

MÉRONA, B. et al. **Os peixes e a pesca no baixo rio Tocantins: 20 anos depois da UHE Tucuruí.** Centrais elétricas do norte do Brasil S.A – Eletrobras Eletronorte 2010. Disponível em: https://horizon.documentation.ird.fr/exl-doc/pleins_textes/2021-05/010051893.pdf. Acesso em: 14 de nov. 2025.

PPDJUS. **Plano Popular de Desenvolvimento Sustentável da região a Jusante da 71 UHE Tucuruí.** Belém: Conselho Gestor do PPDJUS/ Eletronorte, 2003 (mimeo). QGIS. Base de dados. Disponível em: https://qgis.org/pt_BR/site/about/index.html. Acesso em: 12 nov. 2025.

RODRIGUES, J. N. Políticas Públicas e Geografia: a retomada de um debate. **GEOUSP Espaço E Tempo (Online)**, v. 18, n. 1, p. 152-164, 2014. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/81093>. Acesso em: 10 out. 2025.

SOUZA, M. J. L. de. O território: sobre espaço e poder. Autonomia e desenvolvimento. In CASTRO, I. E. de; GOMES, P. C. da C.; CORRÊA, R. L. (Orgs.). **Geografia: conceitos e temas.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001, p.77-116.